

O gênero e o papel feminino na perspectiva discursiva cristã medieval

Gender and the female role in medieval christian discourse

Pablo Gatt¹

Irlan de Sousa Cotrim²

RESUMO

As investigações acerca das relações de gênero formam um campo de pesquisa que se dedica a estudar as formações de identidades e as representações simbólicas atribuídas aos corpos e papéis sociais masculinos e femininos. É um conceito próprio das Ciências Sociais, um campo epistemológico, uma ferramenta teórica de estudo, e que, por vezes, confundem com o fazer historiográfico da História das Mulheres. Nesse sentido, e por meio dessa ferramenta teórica, discutiremos como o discurso religioso cristão, baseado nas Sagradas Escrituras, justificou, no Medievo, como natural a passividade atribuída às mulheres ao atrelá-las à figura de Eva e ao estipular essa inatividade como característica intrínseca do feminino, anteriormente ao Pecado Original. Pela associação à imagem de Eva, como a responsável pelo primeiro pecado, culpada pela expulsão do Paraíso e pela corrupção da natureza humana, a mulher estivera imbuída por uma passividade natural, sendo o seu papel social relegado aos ditames do lar.

Palavras-Chave: Relações de gênero. Feminino. Discurso. Pecado Original. Eva.

ABSTRACT

The investigations about gender relations form a field of research that is dedicated to study the formations of identities and the symbolic representations attributed to male and female bodies and social roles. It is a concept proper of the Social Sciences, an epistemological field, a theoretical tool for study, and sometimes confused with the historiographic work of Women's History. In this sense, and by means of this theoretical tool, we will discuss how the Christian religious discourse, based on the Holy Scriptures, justified in the Middle Ages as natural the passivity attributed to women by linking them to the figure of Eve and stipulating this inactivity as an intrinsic characteristic of the feminine prior to Original Sin. By association with the image of Eve, as the one responsible for the first sin, guilty of expulsion from Paradise and the corruption of human nature, women were imbued with a natural passivity, and their social role was relegated to the dictates of the home.

Keywords: Gender relations. Feminine. Discourse. Original Sin. Eve.

Introdução

A diferença entre os corpos perpassou, e ainda perpassa, toda a história da humanidade, ao promover uma hierarquização entre os gêneros que é estabelecida de acordo com os papéis sexuais³. Com o filósofo grego Aristóteles, em sua obra *Metafísica*, a mulher fora vista somente

¹ Doutorando em História Medieval pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito. Membro do Laboratório de Estudos Tardo Antigos e Medievais Ibéricos Sefaradis (Letamis). Bolsista Fapes. E-mail: gattpablo@gmail.com

² Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do grupo de pesquisa Limes – Fronteiras Interdisciplinares da Antiguidade e suas Representações. Bolsista Fapes. E-mail: irlancotrim@gmail.com

³ Os papéis sexuais, assim como o gênero, são construções que se estabelecem nos corpos sexuados, macho e fêmea. A materialidade ou naturalidade atribuída aos sexos masculino e feminino só se estabelecem como são

como o receptáculo para o esperma do homem, como uma agente passiva na atividade da reprodução, fornecendo sempre o material, enquanto “o macho fornece o que molda, pois esse é o poder que nós dizemos que eles possuem, e isso é o que faz deles macho e fêmea... enquanto o corpo é da fêmea, a alma é do macho” (GA 2.716a 5-7). Nesse esquema de rotulações, de atribuições à natureza humana, a figura feminina carece de autoridade (*Livro IV, 1004 a 20-b 9*).

No Judaísmo, no que concerne ao advento do Pecado Original, Adão e Eva foram perdoados após o ato e o pecado remido, o que não gerou um fardo maior à imagem da mulher. São com os discursos dos primeiros representantes do Cristianismo, em especial os dos Pais da Igreja⁴, que ocorre o fortalecimento da ideia de corrupção da natureza humana como culpa do feminino, na medida em que todos os descendentes de Adão perdem a justiça original, elemento responsável por controlar o desejo concupiscível (ST, I-II, q. 82, a. 3). As interpretações cristãs sobre o Pecado Original de Adão e Eva, nos primeiros séculos da era comum, aludem que Eva fora a responsável pela expulsão de ambos do Paraíso e a culpada por levar o homem a cair em tentação, como defende Ambrósio de Milão (*De Paradiso 10, 47*). Por esses discursos, transmitidos no tempo e no espaço, se fortalece a visão de que toda mulher “viva na condição de culpada (*vivat et reatus*)” (TERTULIANO, *De cultu feminarum*, I,1,2).

Na Idade Média Central essa ideia continua a ser propagada, posto que o discurso é uma rede de signos, ou seja, são ideias anteriores que se conectam a ideias atuais (FOUCAULT, 1970, p. 50). Nesse sentido, o imaginário acerca do feminino presente na Antiguidade, restrita e reclusa ao lar, continuou a ser propagada no Medievo, assim como estivera isenta de uma função administrativa pública.

De acordo com o modelo antigo, o pai é o real pai da criança, enquanto que a mãe é caracterizada como uma “estranha” (ξένη) para a família⁵. Embora uma mulher possa

porque o gênero também molda o sexo, ou seja, existe construção social em cima do sexo, ele não é exclusivamente natural-material, irreduzível ou pré-discursivo (BUTLER, 1990).

⁴ Do latim *pater*, os Pais ou Padres da Igreja foram importante teólogos da Igreja dos primeiros séculos que, a partir da segunda metade do século IV, exerceram enorme influência na formulação da doutrina cristã. São os homens que “cunharam a vida da comunidade católica”, que ensinaram e permaneceram na fé. A partir do século IV, pelo decreto *De libris recipiendis et non recipiendis*, o termo se concentra em todos representantes da tradição eclesiástica, logo em seguida aplicado aos que levaram uma vida monástica ou asceta. Por fim, a ortodoxia ou heresia de uma doutrina será avaliada por meio dos ensinamentos deixados por eles, pois inauguraram a “ciência” da teológica e foram a centralidade da palavra de Deus (PADOVESE, 1999, p. 19).

⁵ “O discurso ginecológico preza pela mãe em detrimento do feto. Nesse discurso, assim como no embriológico, a mulher é sobre determinada e considerada culpada por todos os possíveis males que podem ocorrer durante a gestação. A diferença é que existe uma ideia de que tanto o feto quanto a mãe se encontram em um estado de

abrigar, nutrir, e dar luz à uma criança, ela é biologicamente desconectada ao seu ser físico. Essa construção da relação entre o feto e a mãe fornece um exemplo vívido da noção de que as mulheres eram perpetuamente estrangeiras cuja lealdade a seus maridos e filhos sempre estava sendo questionada. Essa teoria embriológica, especialmente como aqui apresentada, subjuga suposições da centralidade das mulheres no nascimento e reflete um privilégio ideológico do pai na reprodução assim como na sociedade (HONG, 2012, p. 75).

Na esteira da Nova História Cultural o conceito teórico de *circularidade das ideias* nos ajuda compreender essas interações que ocorreram entre as práticas discursivas dos grupos cristãos com os não cristãos. O conceito é defendido por Carlo Ginzburg, na obra *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*, de 1998. Utilizamos tal noção afim de discutir as relações dinâmicas que permearam os grupos acima citados, em um processo de inter-relação, avaliando as interações, embates, posicionamentos e concordâncias que estavam sempre em movimento. Do mesmo modo, nos valem de tal conceito, na tentativa de superar a visão existente de uma relação unidirecional ou passiva entre as culturas, como popular/erudito ou periferia/centro, visto que não existiu um Cristianismo, Judaísmo ou politeísmo greco-romano, enquanto formas culturais independentes ou autônomas (CHEVITARESE; CORNELLI, 2003, p. 26). Por esse conceito compreendemos uma sistemática comunicação polinuclear e multidirecional entre as culturas. Sendo assim, o conceito de *circularidade das ideias* corrobora com o objetivo da Nova História Cultural que, segundo (CHARTIER, 1998, p. 16-17), é o de compreender como uma realidade social é construída, pensada, lida e representada em diferentes lugares e momentos.

É essa construção imagética da realidade, essa imposição de papéis sociais, essa prática discursiva que se desencadeia no tempo e espaço que nos interessa. Na *Summa Theologiae* (1273), de Tomás de Aquino, fonte a qual nos atentaremos, a figura feminina já dispunha do desejo sexual no Paraíso (ST, I, q. 94, a. 4), o que justifica a culpa pelo Pecado Original. Nesse sentido, com as consequências do primeiro pecado, como a desordem em todas as potências da alma, a mulher, principalmente, passa a ser interpretada pela necessidade de regulamentação dos seus desejos e atitudes. É mediante esse *imaginário* em torno do Pecado de Adão e Eva, por uma *circularidade das ideias*, que se constroem as narrativas que subjugarão e atrelarão a figura feminina no Medievo ao elemento da passividade. Uma vez que, pela Análise do

perigo constante por conta da gestação, sendo a mãe responsável por nutrir e entregar uma criança saudável e perfeita (sem nenhum tipo de deficiência física” (FREITAS, 2019, p. 36).

Discurso, de Linha Francesa, a Bíblia assume a função de um *discurso constituinte*⁶, ou seja, um discurso de origem e fundante, essa afirmação fora usada por demais escritores cristãos para justificar a posição da mulher em sociedade. Essa análise da *constituição* do *discurso* garante a articulação entre uma representação de mundo e uma atividade enunciativa, em que os *discursos constituintes* estão no interior do *interdiscurso*⁷. Em um *discurso constituinte* há uma constituição em que os dispositivos enunciativos elaborados por ele legitimam sua própria existência, “agindo como se obtivessem tal legitimidade do Absoluto, que falaria por meio deles (O verbo revelado, a Natureza, a Beleza, a Razão, a Lei)” (MAINGUENEAU, 2015, p. 142). Podemos analisar a presença dos textos bíblicos em demasiadas fontes produzidas ao longo do Medievo, mas nos atentaremos à *Summa Theologiae*, de Tomás de Aquino (1273).

A categoria de gênero nos estudos históricos

Os estudos de gênero se iniciaram durante as décadas de 60 e 70, em paralelo com a erupção dos estudos feministas.⁸ As mulheres são alcançadas à condição de objeto e sujeitos da História, tornando-se um campo relativamente reconhecido no âmbito institucional.⁹ É somente na década de 80 que ocorre no Brasil um aumento de pesquisas nesse campo¹⁰. Portanto, anteriormente, as mulheres eram colocadas à margem da sociedade, como apêndice da

⁶ O *discurso constituinte* é um conceito de pesquisa da Análise do Discurso de linha francesa. São discursos absolutos e transcendentais. São *constituintes* porque autorizam a si próprios. Regulam o surgimento de outros discursos e são hierarquizados como discursos-fonte (NASCIMENTO, 2020, p. 42).

⁷ O *Interdiscurso* é um conceito teórico metodológico cunhado pela *Análise do Discurso* (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 286), caracterizado pela *interdiscursividade*, um espaço de trocas entre vários discursos relacionados. É um conjunto de discursos que mantém uma relação discursiva de atravessamento multiforme com outros discursos.

⁸ Extrapola os limites desse artigo uma maior problematização da fortuna crítica que a categoria de gênero teve ao longo dos séculos XX e XXI. Joan Scott (1995, p. 77-79) detalhou, entretanto, as três posições teóricas na historiografia feminista do século XX da maneira que se segue: 1) Uma tentativa inteiramente feminista para explicar as origens do patriarcado. Exponentes dessa vertente foram Mary O’Brien, Shulamith Firestone e Catherine MacKinnon. 2) de inspiração marxista e compromissada com as críticas feministas; e 3) a vertente pós-estruturalista e lacaniana. Exponentes foram Nancy Chodorow e Carol Gilligan.

⁹ Historiadoras feministas colocaram as mulheres enquanto objeto e sujeitos da história, questionando uma historiografia que no ato político de seleção, classificação e tratamento das fontes, dos recortes, excluía alguns sujeitos históricos.

¹⁰ A historiografia brasileira sobre as mulheres, nos anos 1980, foi marcada por uma abordagem dialética, especificamente da dominação e da opressão e foi pouco preocupada com a dimensão da resistência do feminino na História. Essa questão, a da resistência, foi amplamente enfatizada por autoras como Mary del Priore, Rachel Soihet, Leila Mezan Algranti e outras. Um dos primeiros enfoques sobre as histórias das mulheres produzidas naquele momento na historiografia brasileira sobre o assunto foram as experiências ocorridas no contexto do Brasil Colônia, com estudos ancorados em relatos de viajantes, processos judiciais e principalmente na iconografia (SILVA, 2008, p. 227).

historiografia, não dignas de serem pesquisadas, julgadas como detentoras de uma ideologia dissidente, sendo o homem o sujeito universal da História.

Essa mudança não ocorre somente no campo dos estudos de gênero. A primeira metade do século XX representou uma descontinuidade com a metodologia do fazer historiográfico positivista, responsável pela não aceitação de alguns objetos de estudo, como a História das Mulheres ou dos mais humildes; os vistos de baixo. Os positivistas conceituavam os estudos culturais como irrelevantes, ao postular que somente as fontes políticas eram as mais fidedignas e os personagens vitoriosos eram dignos de uma história. É com o impulso inicial promovido pela Terceira Geração da chamada *Escola dos Annales* (fundada em 1929), especificamente a partir da década de 1970 com a *Nouvelle Histoire*, que temos a ampliação das fontes históricas, com novos conceitos, metodologias, teorias, sujeitos e com a prática da interdisciplinaridade, que temos as ferramentas necessárias para a ampliação e abertura para os demais estudos, como a História das Mulheres (SILVA, 2008, p. 224).

Para entendermos como se iniciaram os estudos acerca dos papéis sociais desempenhados em sociedade, envolvendo o masculino e o feminino, adentramos aos estudos de gênero, que, por sua vez, pode ser entendido por duas divisões de análise. No primeiro segmento, se contesta a própria categoria “mulher”, frente a ideia universal do feminino, em que “dentro da terminologia mulher há múltiplos grupos de mulheres, com variantes significativas a serem ponderadas” (ANICETO, 2017, p. 21). Em seu segundo nível, as categorias de gênero questionam a distinção social entre homens e mulheres por meio do sexo biológico, verificando que essa divisão está baseada em percepções do feminino pelo masculino no tempo e no espaço, na medida em que as identidades de gênero foram construídas mediante oposições binárias complementares e excludentes (SCOTT, 1995, p. 75).

Diferentemente da História das Mulheres, o gênero problematiza a natureza tanto do feminino quanto do masculino, analisando e discutindo os elementos que caracterizam e estruturam ambos os sexos. Portanto, os estudos de gênero buscam a desconstrução do feminino e do masculino por meio do biológico, se baseando na relação entre ambos para compreender a historicidade da natureza humana e dos papéis sociais atribuídos aos mesmos nas inúmeras periodizações históricas. De acordo com Scott (1995, p. 86), a categoria de gênero pode ser compreendida como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas, primordialmente, nas diferenciações biológicas apresentadas nos corpos sexuados. No limite, as diferenças sexuais apresentadas pelos indivíduos são interpretadas a partir de uma cosmovisão

historicamente situada, de modo que, os discursos sobre os papéis sociais que cada um deve cumprir são fabricados. Essas fabricações ou representações fazem com que a categoria de gênero se transforme em uma ferramenta de produção de significados, de manutenção e reprodução de determinadas formas de ser e de estar no mundo, das formas pelas quais as relações sociais de poder ganham corpo. Para Scott (1995, p. 86), estudar a História das Mulheres significa atrelar esse objeto de estudo com o que nos acontece agora. Estudar o gênero é “decodificar os diversos elementos presentes nas relações de poder, incluindo concepções do que significava “ser mulher” e “ser homem” em dada sociedade” (ANICETO, 2017, p. 25). Desse modo, o gênero é o elemento constitutivo das inúmeras relações sociais, estabelecendo, de forma primária, significados com as relações sociais de poder.

Analisar a categoria de gênero nos permite estudar historicamente as seguintes variáveis: homens, mulheres, corpo, sexo, masculinidades, feminilidades, desejo, estética, performance, sexualidade e identidades, sem uma ligação direta com a diferenciação biológica, na medida em que o gênero é concebido e moldado culturalmente. Sendo assim, examinar as relações de gênero é muito mais que falar sobre as mulheres no tempo e no espaço, é analisar as relações existentes e que permeiam os papéis sexuais atribuídos ao masculino e ao feminino. É uma discussão para além do biológico, do natural e do anatômico, uma vez que por meio dos estudos de gênero compreendemos como as identidades e as relações sociais são culturalmente construídas. Em vista disso, nos estudos de gênero o enfoque não está somente na mulher ou no homem, no macho ou na fêmea, mas no papel social que é atribuído ao feminino e ao masculino em certo contexto.

Nesse sentido, os papéis sexuais desempenhados/performados em sociedade estão relacionados ao conceito de gênero, uma vez que evocam representações e conceitos normativos em oposição binária entre dois gêneros (normalmente entre masculino e feminino), na medida em que os símbolos que são culturalmente produzidos e, apropriados pelo discurso, demandam representações simbólicas, contraditórias ou não. Para Scott (1995, p. 74), adotar o conceito de gênero é ir além da temática sobre o feminino, permeando as relações sociais, culturais e políticas que produzem e reproduzem o que é ser masculino e feminino em determinado período. É relacionar as diversidades identidades com a esfera cultural, política e econômica.

De acordo com Woodward (2008, p. 14) é pela marcação simbólica que uma identidade adquire sentido, na medida em que a mesma cria representações e signos que são capazes de

identificar socialmente certos grupos e diferenciá-los dos demais. Portanto, ao passo que algo é identificável, incluído, como x, esse mesmo objeto é excluído de categorias y e z. Ademais, toda identidade necessita de uma alteridade para se formalizar, uma vez que o outro é percebido em sociedade (HARTOG, 1999, p. 49). Portanto, identidade e diferença necessitam uma da outra, visto que a identidade configura uma chave e analisá-la é fazer uma leitura basilar das organizações sociais de cada período, assim como da cultura e política.

Nesse esquema de identidade e alteridade as relações de gênero “nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder são construídas” (SOIHET, 1995, p. 85), indicando que o gênero é um saber que estabelece significados para as diferenças corporais, em posição de alteridade, de *fronteiras*¹¹. Portanto, a categoria de gênero entende que essas posições estruturais informam as posições dos sujeitos nas inúmeras relações sociais.

Judith Butler considera que o corpo é socialmente construído, mas não construído em sua totalidade. Ele é formado por construções discursivas ao receber um significado em um quadro histórico específico. São discursos sobre o corpo e não para o corpo. No caso da figura feminina, sempre colocada em extremos, ora como a virgem ou pecadora, casada ou viúva, pois “ser homem ou mulher era uma posição social, um lugar na sociedade, assumir um papel cultural, não ser organicamente um ou outro de dois incomensuráveis (LAQUEUR, 2001, p. 9).

Temos então duas vertentes pelas quais pode ser estudado o conceito de gênero, visto que Butler e Laqueur (2001) apontam para uma construção social dos gêneros e Scott (1991), para uma construção política. Essa construção discursiva e masculinizada sobre a mulher, perante o feminino, também serviu como forma de silenciar outras formas de ser, naturalizando um caráter de passividade à identidade feminina e a desigualdade entre os gêneros (BOURDIEU, 1999, p. 20). Isso porque, existe uma lógica masculinizada, pois nada justifica que a mulher deva ser dominada e o homem dominante, colocados em categorias opostas. São construções sociais que ganharam legitimidade pelos discursos de poder e no decorrer da nossa existência, como os discursos cristãos que veremos no tópico a seguir.

Sparti (1995, p.12) alude que a fragilidade e a vaidade são apontadas como elementos naturais do feminino, enquanto a coragem e a agressividade são determinadas como “naturalmente” masculinas. Isso porque, o mito da naturalidade, ou melhor dizendo, da

¹¹ Para Peter Burke (2005, p. 154), as fronteiras são palcos de encontros culturais ou lugares de embates, funcionando como zonas plurais de contatos na formação de identidades e alteridades. Além do seu caráter geográfico são espaços de negociação e permeabilidade que circunscrevem práticas coletivas, valores e crenças, abrangendo ações sobre um determinado espaço e delimitando, como por exemplo, o sagrado e o profano

superioridade masculina fora contraposto à naturalidade da passividade e inferioridade feminina, na medida em que fora justificado, no tempo e no espaço, por argumentos biológicos (Aristóteles, Galeno, Isidoro de Sevilha). Em uma perspectiva de gênero essas ideias mudam, uma vez que a divergência entre os “gêneros impõe diferenças morais aos comportamentos feminino e masculino, conforme as exigências da sociedade” (MARTINS; HOFFMANN, 2007, p. 143). Enquanto o sexo é natural, o gênero é cultural. “Ainda que definidas pelo sexo, as mulheres são algo mais do que uma categoria biológica; elas existem socialmente” (TILLY, 1994: 31).

A história de gênero tem como proposta entender a diferença entre o masculino e o feminino como resultado da organização social da relação entre os sexos. Assim sendo, a categoria gênero está ligada à noção de que o masculino e o feminino são construções, em suas diferenças, privilegiando a dinâmica relacional, isto é, homens e mulheres devem ser definidos em termos recíprocos (LESSA; SOUZA, 2009, p. 200). O problema que estudos recentes vêm apontando é esse: diferença sexual, papéis de gênero, relações entre masculino e feminino também são construídos. Quando uma mulher numa sociedade não tem sua cidadania reconhecida por ser mulher, ela não está deixando de ter cidadania por causa da diferença sexual, mas por causa da construção histórica da diferença sexual, ou seja, a diferença sexual não é o fim, ela é o efeito da não cidadania.

O gênero e o papel feminino no discurso cristão Medieval

O feminino é um dos elementos predominantes nas temáticas e discursos cristãos, perpassando emblemáticas figuras mitológicas e históricas que deram sentido à história da humanidade. Esses modelos imagéticos serviram de base para os inúmeros discursos que, no tempo e no espaço, tentaram instituir um modelo comportamental, um *ethos*, a ser seguido por toda a sociedade. É por esse viés que, quando nos referimos aos discursos apologéticos dos primeiros séculos e à produção discursiva cristã medieval perante à figura feminina, nos deparamos com uma questão um tanto quanto enigmática. Será que existiu uma abundância heterogênea de discursos acerca da figura feminina ou uma única corrente discursiva que, densa e presente no *imaginário* dos períodos, relegou a imagem da mulher as mesmas posições sociais, ora como herdeira direta de Eva, associada também a Maria Madalena, ora espelhada em Maria, como criatura virginal e mãe de Jesus Cristo?

Essas associações, à figura de Eva, de Maria Madalena ou de Maria, fizeram da mulher, seja nos primeiros séculos ou no período Medieval, o *locus* do discurso cristão. As mesmas estavam atreladas ao fardo e as consequências do Pecado Original e, por isso, necessitavam serem vigiadas constantemente. Quando estavam só, sem uma figura masculina, seja do pai ou do marido, eram consideradas perigosas, subversivas, na medida em que não estavam sendo controladas por um denominador comum, o homem. Exemplo desse discurso são as mulheres consideradas como bruxas, já mais velhas e viúvas.

Antes de ser camponesa, castelã ou santa, a mulher foi caracterizada pelo seu corpo, pelo seu sexo, e pelas suas relações com os grupos familiares. Quer se trate de esposas, viúvas ou virgens, a personalidade jurídica e a ética quotidiana foram delineadas em função de um homem ou de um grupo de homens (LE GOFF, 1989, p. 193).

Cabe notar que as consequências de Pecado Original foram impostas à toda natureza humana, independente do gênero, pois segundo o Tomás de Aquino “o afastamento da vontade, de Deus, causou a desordem em todas as outras potências da alma. Portanto, a privação da justiça original, pela qual a vontade estava sujeita a Deus, é o que há de formal no pecado original” (ST, I-II, q. 82, a. 3). Para o *Aquinate* era a justiça original que regulava toda as potências inferiores da alma, como o desejo ou a concupiscência da carne. Pecando ambos perderam o controle sobre esses desejos, mas somente a figura do feminino fora colocada como perigosa e subversiva à ordem social pelo discurso cristão.

Esse *ethos*, proposto inicialmente, fez com que a identidade cristã estivesse atrelada aos papéis de gênero, sociais e à função de gerar filhos/as, sendo o “o tom, o caráter, e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético, e sua disposição e a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete” (GEERTZ, 1989, p. 103). Era um modelo coletivo, mas que cada indivíduo deveria cumprir o seu papel em sociedade. Nesse sentido, a figura de Eva e Maria Madalena foram submetidas, na tradição cristã, a uma forma de violência simbólica¹² que não respeitou a verdade de seu ser, posto que, de tal maneira, em alguns setores eclesiais a mulher, cuja existência conhecemos pela tradição escrita masculinizada, teve sua

¹² A violência simbólica é definida por Pierre Bourdieu como a instauração de uma mentira no lugar da verdade, é uma das maiores violências que podem ser exercidas contra grupos ou individualidades, porque implica num trabalho permanente inscrito no corpo de setores sociais contra os quais é exercida (Dewey, 1988, p. 25)

identidade roubada¹³. Com o roubo de sua identidade e a violência exercida sobre Maria Madalena, ou a própria imagem de Eva, a imagem feminina fora dominada ao longo das gerações por uma corrente discursiva masculina, visto que o ofício da escrita no Medievo esteve subordinado ao predomínio dos mesmos, caracterizando, assim, essa formação normativa do feminino pelo masculino.

Esses discursos negativos, como o de Aristóteles, em sua obra *Metafísica* (GA 2.716a5-7) e (Livro IV, 1004 a 20-b), encontram respaldo no Medievo. O arcebispo Isidoro de Sevilha, é receptor direto dessa visão distorcida acerca do feminino. Em sua obra *Etymologiae* (600-625), a natureza da mulher é constituída mediante o aspecto da inferioridade e da passividade, uma vez que esse conhecimento aristotélico, pautado no campo da fisiologia, é traduzido para o ramo da língua, da laicidade. “Comenta Santo Isidoro de Sevilha que o nome varão provém da palavra latina *vir* porque está associado com a palavra *vis* que significa força, e que a palavra latina *mulier* (mulher) está associada com *mollities*, que em latim quer dizer suavidade” (FONSECA, 2018, p. 23-24).

Na visão etimológica de Isidoro de Sevilha a mulher está ligada, do mesmo modo, ao pecado da luxúria. O fluido menstrual, na visão do arcebispo (*Isidori Hispalensis Episcopi*, XI. ii. 17-19; 23-24), já baseado por uma percepção aristotélica de uma natureza menos perfeita, é pensado como destruidor da natureza e, principalmente, do homem. A semelhança entre ambos os discursos, dispersos por mais de oito séculos, é a degradação da imagem da mulher, sendo a tônica comum a submissão e inferiorização da natureza feminina. A mulher, nessa perspectiva, passou a ser representada pela imagem do pecado sexual e não deveria estar sozinha, sem a presença de uma figura masculina ao seu lado, em que nos discursos cristãos, representada por Eva, fora acusada de promover no homem o florescimento dos desejos sexuais.

Tomás de Aquino, em sua *Summa Theologiae* (1273), seis séculos depois, persiste nessa visão de dominação da mulher perante ao homem, em que existe uma dupla sujeição. “Uma servil, pela qual o superior usa do súdito, em sua utilidade, e essa sujeição foi introduzida depois do pecado” (ST, I, q. 92, a. 1). Nessa perspectiva, a mulher é naturalmente dependente do homem, posto que o mesmo possui maior discrição racional. Essa natureza menos imperfeita da mulher é reflexo da influência de Aristóteles, uma vez que o *Doctor Angelicus* é o maior representante neoaristotélico do Centro-Medieval. No *Tratado sobre o homem* (ST, I, q. 75-

¹³ Quando falamos que a mulher teve a sua identidade roubada estamos nos referindo ao fato de que não temos registros suficientes escrito por mulheres, para mulher e sobre as mesmas. Em sua grande maioria os discursos, referentes as mesmas, foram escritos por homens, permeados por uma densa e forte visão masculinizada.

102), o *Aquinate* reserva a questão 92 para discutir sobre a criação da mulher. Dividia em quatro artigos, a questão aborda se a mulher deveria ter sido produzida na primeira produção das causas, junto com o homem, ou se deveria ter sido feita do homem, assim como o motivo da mesma ter sido feita mediante a costela de Adão. Na visão de Aquino, em um primeiro momento, aparenta-se que a mulher fora criada apenas para a procriação e perpetuação da espécie. “Era necessário que a mulher fosse feita para adjutório do homem. Não, certo, adjutório para qualquer outra obra, como alguns disseram; pois, nisto o homem pode ser ajudado, mais convenientemente, por outro homem, do que pela mulher; mas para o adjutório da geração” (ST, I, q. 92, a. 1).

Como um neoaristotélico, como dito, Tomás de Aquino insiste nessa visão negativa acerca da figura feminina, ao aludir que a natureza da mesma é deficiente e falha. Se baseando em Agostinho de Hipona, o *Aquinate* repercute que “na condição primeira das causas não estava que a mulher, absolutamente, fosse assim feita; mas estava, que pudesse sê-la. E logo, nas suas razões causais, o corpo da mulher preexistia, nas primeiras obras, não pela potência ativa, mas só pela passiva, em ordem à potência ativa do Criador” (ST, I, q. 92, a. 4). O corpo se tornou um elemento importante no discurso cristão e esse viés discursivo concretizou registros de feminilidade, discursos que espelhavam uma conduta feminina à todas as mulheres, mas que não foram escritos ou produzidos pelas mesmas.

Compreendido como vetor do Pecado Original de Adão e Eva o corpo transporta em sua materialidade os símbolos de comportamento e as zonas de conforto estipulados pelo poder dominante. Esse corpo, principalmente o corpo feminino, esteve submetido a normas que o transformou, revelando uma ordem social internalizada em seus gestos, atos e até mesmo em modelos comportamentais (GATT, 2020, p. 382).

Por essa razão o corpo da mulher, ao mesmo tempo, se tornou objeto de desejo, de distância, de pose e de controle aos ditames dos discursos cristão. Era negada e relegada à margem da sociedade por esse discurso, mas precisava estar no seio do mesmo, pois representava um perigo caso estivesse sem a presença de uma figura masculina. Nessa lógica, se formou um conjunto de discursos pessimistas-e que construíram uma linha tênue sobre o feminino no *imaginário* dos primeiros séculos. Nesse sentido, as grandes religiões monoteístas, o Judaísmo, Cristianismo, e o Islamismo, se utilizam da ideia de submissão da mulher, por essa

divisão social em que um é superior ao outro, uma ordem natural instituída por Deus, sendo restritas à prática do saber e excluídas de espaços sociais.

No esquema da sociedade trifuncional, a mulher não tinha qualquer lugar. Se, para os homens da Idade Média, existe uma categoria mulher, durante muito tempo a mulher não é definida por distinções profissionais, mas pelo seu corpo, pelo seu sexo, pelas suas relações com determinados grupos. A mulher define-se como esposa, viúva ou virgem. (LE GOFF, 1989, p. 22).

Parte desses discursos de negação da figura feminina se originam e se legitimam nas Sagradas Escrituras, em que Eva fora criada para auxiliar Adão no Paraíso. “E disse o Senhor Deus: Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma ajudadora idônea para ele” (Gênesis 2:18).

Considerações finais

As categorias de gênero nos ajudam a entender como o fator biológico não é um aspecto determinante para justificar as imposições de papéis sociais, visto que os agentes culturais e os imaginários, por meio dos discursos, contribuem para estipular e formular as imagens caricaturadas. Portanto, esses elementos problematizam as questões que envolvem os processos de formações de identidades, na medida que a ideia da diferenciação sexual pela perspectiva da naturalidade é insuficiente para explicar a heterogeneidade de comportamentos e de identidades. As relações de gênero se destacam como um conjunto de camadas culturais que formam e ajudam a entender as relações dos indivíduos consigo mesmo, com os corpos e com os demais. Portanto, o artigo em questão propôs a desmitificação da imagem da mulher, no Medievo – partindo de reflexões sobre o assunto na Antiguidade –, como algo estático ou fixado, em que sua natureza tenderia para uma posição natural de submissão ao pai, quando mais jovem, ou ao marido. Nesse sentido, a figura feminina esteve envolta por um discurso religioso que a assimilou como a herdeira direta de Eva, como a responsável por propiciar nos homens a concupiscência da carne e por isso a necessidade de sua submissão.

Do mesmo modo, esse discurso de negatividade tinha como objetivo justificar essa passividade, ao procurar hegemonizar a fraqueza natural do corpo feminino. Todavia, como forma de oposição à imagem de Eva, por vezes, as mesmas eram associadas à figura de Maria, mãe de Deus, em que novamente atribui-se um papel normativo ao feminino, como submissas

à uma práxis social. Ademais, a submissão da figura da mulher medieval não se justificou pelo feito ou por sua natureza, mas porque existiu um *discurso* na tentativa de uma construção identitária, em que se alegava a fraqueza de sua carne e a necessidade de seu controle por uma identidade superior, ou seja, pelo masculino. Temos, então, a estruturação da figura do feminino, sob uma práxis social estabelecida, como uma tentativa de silenciar outros *modus vivendi*, como uma construção social por meio dos discursos religiosos que, em sua hegemonia, foram proferidos e escritos por homens e que almejavam uma homogeneidade do comportamento feminino. Mediante a uma cultura extremamente masculina, evidencia-se por meio dessa breve explanação que a simbologia da desobediência de Adão e Eva teve consequências antropológicas, configurando-se por uma visão androcêntrica, em que “o masculino representa uma universalidade sem corpo, enquanto o feminino é encarado como uma corporalidade rejeitada” (BUTLER, 1990, p. 12).

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

AMBROSIO DE MILÁN. **El paraíso, Caín y Abel, Noé**. Introducción, traducción y notas de Augustín López Kindler. Madrid: Ciudad Nueva, 2013.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Tradução de Giovanni Reale. São Paulo: Edições Loyola, 2001, v. II.

GRACIANO, M. Contribuições da psicologia contemporânea para a compreensão do papel da mulher. **Cadernos de Pesquisa**, n.15, p. 145-150, dez. 1975.

ISIDORE OF SEVILLE, St. **Isidori Hispalensis Episcopi: Etymologiarum sive Originum libri xx**. Ed. W. M. Lindsay, 2 v. Oxford: Clarendon Press, 1962.

TERTULLIEN. **La toilette des femmes (De cultu feminarum)**. Introduction, texte critique, traduction et commentaire de Marie Turcan. Paris: Les Éditions du Cerf, 1971. (Sources Chrésiennes 173).

TOMÁS DE AQUINO. **Summa Theologiae**. 2. ed. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2001.

BIBLIOGRAFIA

ANICETO, Bárbara Alexandre. **As relações de gênero em Aristófanes: um estudo das esposas legítimas na sociedade ateniense (Sécs. V-IV a.C.** Bárbara Alexandre Aniceto. –

Franca [s.n.], 2017. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

BURKE, P. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Portugal: Difel, 1998.

CHEVITARESE, André Leonardo; CORNELLI, Gabrielle. **Judaísmo, Cristianíssimo, Helenismo: ensaios sobre interações culturais no Mediterrâneo Antigo**. Itu: Ottoni Editora, 2003.

FONSECA, Pedro Carlos Louzada. "Matéria" e "Forma" de Aristóteles e misoginia: disseminação na literatura Medieval. **Revista Nós**, v. 03, n. 03, p. 16-26, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1970.

FREITAS, Luã Áquila Ferreira de. **As misogínias nas Medeias de Sêneca e de Eurípedes: representações**. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2019.

GATT, Pablo. As representações negativas acerca da figura feminina na antiguidade greco-romana e nos discursos dos cristianismos dos primeiros séculos e medieval. **FACES DE CLIO**, v. 6, p. 381-395, 2020.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HALL, S.; WOODWARD, K. SILVA, T.T. **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HARTOG, F. **O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Tradução de Jacyntho L. Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

HONG, Yan. Collaboration and Conflict: discourses of maternity in Hippocratic gynecology and embryology. In: PETERSEN, L. H. & SALZMAN-MITCHELL, P. (Org.) **Mothering and Motherhood in ancient Greece and Rome**. Austin: University of Texas Press, 2012.

LAQUEUR, T. **Inventando o Sexo**. Corpo e Gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LE GOFF, Jacques. **O homem medieval**. Porto: Imprensa Portuguesa, 1989.

LESSA, Fábio de Souza; SOUZA, Maria Angélica Rodrigues. A integração dos grupos de esposa na pólis. **Politeia: História e Sociedade**, vol. 09, n. 01, p. 199-212, 2009.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Editora Parábola, 2015.

MARTINS, E. de F.; HOFFMANN, Z. Os papéis de gênero nos livros didáticos de Ciências. **Revista Ensaio**, v. 9, n. 1, p. 132-151, 2007.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas. “O discurso teológico como discurso constituinte.” In: NASCIMENTO, Jarbas Vargas; FERREIRA, Anderson. **Discursos Constituintes**. São Paulo: Blucher Open Access, p. 34-59, 2020.

PADOVESE, Luigi. **Introdução à teologia patrística**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. **Politeia**. Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 223-231, 2008.

SOIHET, Rachel & Joana Maria Pedro: “A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero”. In: **Revista Brasileira de História – Órgão Oficial da Associação Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, vol. 27, nº54, jul-dez, 2007.

SPARTI, S. C. M. Construindo a identidade masculina e feminina. **Revista de estudos universitários**. v. 21, n. 1. Sorocaba, p. 9-20, jun. 1995.

TILLY, Louise A. *Gênero, História das Mulheres e História Social*. In: **Cadernos de Pagu: desacordos, desamores e diferenças**. Campinas: PAGU/UNICAMP, 1994, v.3.